

**A CIRANDA INFANTIL NO X  
FALA PROFESSOR (A)! –  
AÇÃO AFIRMATIVA NA  
CONSTRUÇÃO DE UM  
ESPAÇO PARA A GARANTIA  
DE DIREITOS**

*THE CIRANDA INFANTIL AT  
X FALA PROFESSOR(A) ! –  
AFFIRMATIVE ACTION IN  
THE CONSTRUCTION OF A  
SPACE AND GUARANTEE OF  
RIGHTS*

*LA CIRANDA INFANTIL AU  
SEIN DEX FALA  
PROFESSOR(A) ! – LA  
DICRIMINATION POSITIVE  
DANS LA CONSTRUCTION  
D'UN ESPACE ET GARANTIE  
DES DROITS*

Silvana Chagas Holanda  
Mestranda em Geografia -  
Universidade Estadual do Ceará  
(UECE)  
E-mail:  
silvana.holanda@aluno.uece.br

Camila Dutra dos Santos  
Universidade Estadual do Ceará  
(UECE)  
e-mail: camila.dutra@uece.br

**Resumo:**

O artigo apresenta a experiência da Ciranda Infantil como política de ação afirmativa do X Fala Professor (a): Encontro Nacional de Ensino de Geografia. O evento foi promovido pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), na Universidade Estadual do Ceará – UECE (Fortaleza, Ceará, Brasil), entre os dias 17 a 21 de julho de 2023. Tratou-se de um espaço educativo e de recreação, destinado às crianças que estivessem acompanhando os(as) participantes. O objetivo deste texto é apresentar as reflexões e tomada de decisões que contribuíram para o planejamento e gestão do referido espaço infantil, considerando as especificidades das territorialidades das crianças. Consideramos que essa ação afirmativa teve a função de possibilitar e ampliar a participação de encontristas nos espaços de debates e construção de conhecimentos, principalmente para mulheres socialmente definidas como responsáveis pelo cuidado das crianças.

**Palavras-chave:** Fala Professor (a), Ações Afirmativas, Gênero, Ciranda Infantil.

**Abstract:**

The article describes the *Ciranda's Infantil* experience, in accordance with positive action approach as part of the "X Fala Professor(a)" - National Meeting on Geography Teaching. The event was promoted by the Association of Brazilian Geographers (AGB) in Fortaleza (Ceará, Brazil), at the State University of Ceará (UECE), between July 17th and 21st, 2023. In this context, the *Ciranda Infantil* offered an educational and recreational programme for participant's children. The purpose of our article is to highlight thoughts and decision-making processes that have contributed to the planning and management of children's space through the specificities of children's territoriality. We consider that affirmative action into account has enabled attendees to broaden and encourage their participation in meetings where debate and knowledge was sharing, particularly for women whose socially constructed role makes them responsible for looking after children.

**Keywords:** *Fala Professor(a)*, Affirmative action, Gender, *Ciranda Infantil*.

**Résumé :**

L'article présente l'expérience de la *Ciranda Infantil*, initiative mise en place selon le principe de la discrimination positive dans le cadre de "X Fala Professor(a) : Rencontre Nationale d'Enseignement de Géographie, organisé par l'Association des Géographes Brésiliens (AGB) à Fortaleza (Ceará, Brésil) à l'Université de l'État du Ceará (UECE) entre le 17 et 21 juillet 2023. Dans le cadre de cette Rencontre, la *Ciranda Infantil* a ouvert un accueil éducatif et récréatif aux enfants des participant-es. L'objectif de notre texte est de mettre en lumière les réflexions et le processus décisionnel ayant contribué à la planification et à la gestion de l'espace des enfants à travers les spécificités des territorialités des enfants. Nous constatons que la prise en compte de la discrimination positive a permis d'élargir et de favoriser la participation des rencontres dans des espaces de débats et de construction de connaissances des participant-es, en particulier des femmes dont le rôle socialement construit leur attribue la responsabilité de la garde des enfants.

**Mots-clés:** *Fala Professor(a)*, Discrimination positive, Genre, *Ciranda Infantil*

## Introdução

O “X Fala Professor(a)!” é um Encontro Nacional de Ensino de Geografia, que acontece desde 1987. A cada quatro anos a comunidade geográfica se reúne para debater sobre o Ensino de Geografia, da Geografia Brasileira e da Associação dos Geógrafos(as) Brasileiros(as) (AGB)<sup>1</sup>. Em 2023, a temática do evento foi “É preciso estar atento e forte: ensino de Geografia na luta por um projeto democrático popular de Brasil”.

Dentro da programação do evento foi incluído, para crianças, um espaço de brincar e aprender, chamado de “Ciranda Infantil”. O espaço, montado dentro da Universidade, recebeu crianças com idade entre 4 e 11 anos, acompanhantes de participantes do evento (palestrantes, organizadores(as), feirantes e encontristas). A atividade foi planejada e coordenada pelo Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território - NATERRA/UECE e pelo Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território - LECANTE/UECE com apoio da AGB - Seção Fortaleza, e contou, na execução, com a colaboração de docentes e discentes dos Cursos de Geografia, Pedagogia e Música da UECE.

Alguns movimentos sociais trazem a perspectiva feminista de promoção da igualdade entre homens e mulheres, participação política e educação democrática desde a infância, garantindo espaços infantis na programação de seus eventos, como no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A Ciranda Infantil do “X Fala Professor(a)!” teve sua proposta inspirada na Ciranda Infantil do MST. O MST é um movimento social que, entre

---

<sup>1</sup> A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que reúne geógrafas e geógrafos, professoras e professores, estudantes de Geografia, e pessoas de outras áreas.

várias lutas, tem como principal bandeira, a luta pela reforma agrária, aliada ao desenvolvimento de uma educação emancipatória que reúna trabalho e educação em ações coletivas e democráticas. O MST possui escolas em todos os níveis de ensino. A educação infantil faz parte dessa luta e compreende a criança como sujeito de direito, garantindo a ela um espaço educativo próprio, a Ciranda Infantil. Para Barcellos (2021):

A Ciranda Infantil é, na atualidade, o que há de concreto em termos de propostas para a educação das crianças pequenas<sup>2</sup> no campo. O MST, na luta por escola, desenvolve sua proposta de educação e de sociedade e tem com a Ciranda Infantil um espaço propriamente da criança, espaço que possibilita sua formação enquanto pessoa. Espaço para brincar, para se desenvolver, para se formar política e socialmente e para se organizar para a luta (Barcellos, 2021, p. 33).

Ao pensarmos na necessidade da construção de um espaço para as crianças, dentro da programação do “X Fala Professor (a)!”, consideramos “a necessidade de compreendê-las como agentes produtores de espaço que gestam e dão significados às suas espacialidades, construindo lugares, territórios e paisagens” (Lopes, p. 68, 2008). Essa contribuição dos estudos de Geografia das infâncias foi fundamental para que fosse possível transformar o auditório da Pós-graduação em Geografia da UECE em um ambiente acolhedor da educação infantil.

Toda a preparação do espaço buscou atender a realidade de mães pesquisadoras e garantir-lhes o direito de participação plena no evento. Este artigo tem o objetivo de apresentar as principais ações e reflexões que constituiu o planejamento para a criação desse

---

<sup>2</sup> Segundo Barcellos a definição de “crianças pequenas” refere-se àquelas com idade de 0 a 5 anos e 11 meses, ou seja, o público-alvo da Educação Infantil no Brasil.

espaço voltado para o cuidado de crianças e mostrar como se desenvolveu a sua gestão durante o evento. Destacamos que não se tratou somente de um espaço físico adaptado, mas, sim, de um espaço de direito para o exercício de aprendizagens de crianças e educadores/as com o direcionamento político de promover uma educação libertadora.

### **Gênero, mercado de trabalho e espaços de cuidado**

É importante considerar que, quando pensamos na construção de espaços democráticos de atuação e participação política das mulheres na educação brasileira, não podemos deixar de refletir sobre a condição de subordinação das mulheres na sociedade, pois segundo Freitas (2007).

As práticas sociais diferem de acordo com o sexo do indivíduo. Essa diferença está baseada em relações de dominação: as mulheres se encontram em posição de inferioridade e de submissão em relação aos homens. Essa hierarquia organiza todas as esferas da vida social, passando pela família e pela organização do mercado de trabalho (Freitas, 2007, p. 9).

A criação de espaços para crianças, visando atender a necessidade de mães que participam de eventos, ainda é um fenômeno recente. É muito comum a instalação desses espaços nos restaurantes, clubes e shoppings. Nestes casos, a essência é capitalista, isto é, cria-se atrativos para um público (infantil), para consumo de bens e serviços pelas crianças e seus acompanhantes. Em espaços públicos, os equipamentos culturais apresentam programações infantis também como forma de atrair públicos, mas, neste caso, a perspectiva é promover a cultura e tornar o espaço

inclusivo para toda a família. Em eventos políticos, científicos e acadêmicos, promover espaços infantis ainda é uma construção social que precisa avançar, sobretudo, por serem espaços dominados pelo patriarcado, que reproduzem, muitas vezes, uma universidade que segrega estudantes e professoras mães. Para Reis (2015).

O conceito de patriarcado é uma das abordagens mais importantes do feminismo para as ciências sociais e se define como um sistema econômico social em que os homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio (Reis, 2015, p. 15).

Reconhecer que existem diferenças nas vidas de homens e mulheres é o primeiro passo para quem quer romper com a estrutura patriarcal e construir oportunidades que visem ampliar e/ou promover a participação de mulheres no mercado de trabalho e espaços públicos. Infelizmente, não há como falar do trabalho das mulheres sem considerar que, historicamente, é atribuído a elas o trabalho doméstico e de cuidados. Essa imputação é reforçada em decorrência da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, determinada histórica e culturalmente, não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social. Assim, esse conceito se baseia em dois princípios: o de separação (trabalhos de homens e trabalho de mulheres) e o da hierarquia (os trabalhos de homens são mais valorizados socialmente (Freitas, 2007, p. 10).

O cuidado com os(as) filhas(os), uma das atividades domésticas mais atrelada às mulheres, em alguns momentos se torna uma limitação a sua participação no mercado de trabalho, principalmente no campo da pesquisa científica, pois é difícil

conciliar a vida intelectual com a maternidade, quando a própria estrutura da universidade não coopera para isto e exclui cientistas mães.

Dessa forma, tornar-se mãe pode ser considerado um impeditivo para a construção de uma carreira na vida das pesquisadoras, uma vez que estas se encontram em condições mais desfavoráveis que os homens, devido às atribuições da maternidade.

Os cuidados são um ponto estratégico a partir do qual é possível questionar a perversidade de um sistema econômico que nega a responsabilidade social na sustentabilidade da vida, e cuja manutenção precisa da exclusão e da invisibilidade - heterogênea e multidimensional - de múltiplos coletivos sociais (Orozco, 2012, p. 84-85).

Mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, e a conquista de autonomia pessoal destas (econômica, política, intelectual), contribuindo para reduzir a subordinação praticada por seus companheiros no âmbito familiar, não houve grandes mudanças em relação à responsabilização das mulheres com os cuidados e o trabalho doméstico.

Deste modo, embora a luta das mulheres tenha avançado na conquista de direitos, e estas tenham ocupado mais espaços públicos, tais conquistas não foram suficientes para minimizar a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados. Para Moreno (2015, p. 47), “a separação rígida das esferas públicas e privadas se deu na gênese do capitalismo (...)”.

No capitalismo, o espaço público foi historicamente legitimado como o lugar de realização dos direitos, da política, do exercício da cidadania e da economia, enquanto as atividades necessárias para a reprodução cotidiana da vida foram sendo restritas ao espaço doméstico,

privado, com a responsabilidade sobre estas atividades atribuídas às mulheres. Há muito tempo o feminismo revela que essa polarização entre o público e o privado e as dicotomias em geral que seguem essa lógica - cultura/natureza, visível/oculto, razão/emoção, produção/reprodução - tem o sentido político e ideológico de esconder as conexões e as continuidades existentes em cada um destes pólos. E mais, esse ocultamento sempre se dá sobrevalorizado um pólo em detrimento do outro onde se concentra a identificação com as mulheres (Moreno, 2015, p. 47).

Em alguns espaços de trabalho, a prevalência das mulheres está associada aos cargos que estas ocupam. Na área da educação, por exemplo, nas séries iniciais, a presença de professoras mulheres é a maioria, o mesmo não acontece quando observamos a academia, sobretudo na pós-graduação. Neste espaço, prevalece ainda a presença de homens brancos, heterossexuais de classe média que, como tais, não se preocupam, ou não se consideram como parte responsável pelo trabalho de cuidado. É responsabilidade de toda a sociedade, incluindo os governos (através de políticas públicas e garantia de direitos), o cuidado para a sobrevivência humana.

O debate sobre a construção de espaços, onde o debate de gênero precisa ser pautado, pode ser orientado inclusive pela Geografia, pois, conforme afirma Reis (2015, p. 12): “a geografia enquanto ciência que analisa a organização e produção (do espaço) pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero”.

### **A Geografia das Infâncias como ação política**

Segundo Lopes (2013), os acúmulos de trabalho que envolvem as crianças e suas espacialidades foram iniciados na década de 1970, desenvolvidas em diferentes contextos geográficos, e influenciados “pelos postulados sistemáticos na Geografia



Humanista, irão iniciar uma série de ações e registros que buscam desvelar o *ser e estar* das crianças nos espaços” (Lopes, 2013, p. 284).

Ainda no contexto histórico dos estudos da geografia da infância, o autor afirma que:

O final da década de 80 e os anos 90 foram acompanhados por um grande crescimento nos estatutos políticos e legais que colocam as crianças como sujeito de direitos, a Convenção sobre o direito das Crianças e muitos outros documentos (por exemplo, o ECA no Brasil) possibilitaram outros estatutos para a infância e estendem a ideia do direito da criança ao espaço e, assim, um outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância, a noção de território, de espaço como direito politicamente definido (Lopes, 2013, p. 283).

Um outro olhar sobre a infância passa a considerá-la como uma construção social que deve ser compreendida entrelaçando-se com outros recortes como gênero, classe, idade e etnicidade. Tal olhar contribui para a construção de um espaço onde as crianças possam expandir suas vivências e ampliar relações através da oportunidade de interação entre si e com os(as) educadores(as). O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, criado em 1990, foi um marco desse processo, enquanto um conjunto de normas do ordenamento jurídico, que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, entre eles o direito de brincar, à moradia digna, à alimentação, à educação e ao cuidado.

Vencido o desafio inicial de conquistar a criação de um ambiente infantil, dentro da estrutura de um evento científico nacional, que reuniria pessoas de diversos lugares do Brasil, a questão seguinte foi: como fazê-lo? Como criar um espaço que acolhesse crianças oriundas de diferentes lugares, com variadas

idades, culturas, contextos familiares, e diferentes níveis de interação? Para responder a estas questões, reflexões teóricas, epistemológicas e metodológicas, como as acima, foram importantes para pensarmos na adaptação dos espaços da Universidade.

Buscou-se no Campus do Itaperi - (UECE) um complexo de espaços para a instalação dessa proposta da Ciranda Infantil. O prédio da Pós-graduação em Geografia foi o que melhor atendeu a esta demanda. O tamanho do auditório, a possibilidade de retirada das cadeiras ali existentes, além da presença de uma sala de aula ao lado, possibilitou planejar um espaço para o desenvolvimento de atividades coletivas e outro de descanso ou acolhida individual (caso necessário). Somando-se a isso, contamos com a estrutura de uma minicozinha ao lado do auditório. Os banheiros individuais e dentro do prédio nos dava a segurança de conduzir as crianças até lá, mesmo que sempre fossem acompanhadas.

Sendo assim, a primeira ação na construção do espaço das crianças foi desconstruir o espaço (adulto) do auditório e da sala de apoio. Com cadeiras enfileiradas, pesadas, grandes para boa parte das crianças e com pouca possibilidade de adaptação. Todas foram retiradas, e substituídas por cadeiras infantis (pequenas e coloridas). Para dar um ar de alegria, balões de encher coloridos foram pendurados no teto.

**Figura 1 - Auditório da Pós-graduação em Geografia da UECE, no início da semana do X Fala Professor(a)! Ocupado pela Ciranda Infantil**



**Fonte:** Autoras, julho/2023.

Nas paredes, apenas alguns balões foram colocados. A proposta foi que a partir das atividades, a produção artística das crianças pudesse preencher as paredes durante toda a semana e assim “(...) o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos um valor” (Tuan,1980, p. 6 *apud* Lopes, 2013, p. 287).

**Figura 2 - Auditório da Pós-graduação em Geografia da UECE, ao final da semana do X Fala Professor(a)!, ocupado pela Ciranda Infantil. Oficina sobre meio ambiente: "Vamos pintar e nos divertir com tinta de terra"**



**Fonte:** Autoras, julho/2023.

Seguindo o propósito de atender à necessidade das mães encontradas participarem ativamente do evento, o horário de funcionamento da Ciranda acompanhou o da programação do “X Fala Professor (a)!”; isto é, iniciou e encerrou nos mesmos horários das atividades do evento, com intervalos nos horários de almoço e jantar, para garantir que as mulheres participantes (mas também houve homens que levaram suas crianças), pudessem aproveitar integralmente a programação do evento.

O planejamento das atividades foi feito a partir do perfil do público que iríamos atender e a quantidade de crianças. Ficou definido pela limitação da estrutura física do espaço, que não seria possível atender crianças menores de 4 anos de idade e nem maiores de 11 anos. A partir da definição da idade, todas as pessoas

inscritas, que sinalizaram interesse em utilizar o espaço da Ciranda Infantil, foram contatadas para a confirmação da participação de seus dependentes. Neste contato, também enviamos um “Termo de Ciência e Concordância”.

No termo, além de solicitar telefones de contato para casos de urgências e a assinatura do(a) responsável, foram repassadas informações sobre como funcionaria o espaço e as condições para usufruírem do mesmo. Também foi solicitado o registro da existência de alguma alergia ou restrição alimentar, do uso de medicamentos contínuos e da necessidade de adaptação do espaço por alguma condição física ou de saúde. Não foi permitido que crianças chegassem ou se ausentassem do espaço desacompanhadas. Ressaltamos, inclusive, a obrigatoriedade da permanência dos/as responsáveis dentro do Campus da Universidade. No primeiro dia de funcionamento da Ciranda, todas as crianças já chegaram ao espaço com os termos assinados.

Alguns(algumas) participantes, com crianças abaixo de 4 anos, solicitaram usar o espaço. Foi permitido, desde que as crianças estivessem acompanhadas por responsáveis, e estes colaborassem para promover a integração dessas com as demais crianças do espaço. Confirmada a quantidade de crianças, agregamos ainda filhos(as) de organizadores(as) do evento e de feirantes. Todo o material didático, comprado pela organização do evento, foi organizado para a quantidade prevista de crianças e educadores(as). O espaço foi preparado para atender 20 crianças.

Pretendíamos não estabelecer um ambiente de tarefas escolares, muito menos de “brincadeiras de shopping”, de modo que a programação contemplasse momentos formativos, através de oficinas educativas e atividades lúdicas. As oficinas diárias

aconteciam em turnos alternados. O brincar livre ocorria durante todo o dia, sem a interferência de adultos(as), cabia a estes(as) apenas monitorar e organizar o ambiente. As atividades foram preparadas com a equipe de educadores(as), e os materiais disponíveis possibilitaram desenvolver atividades de mediação de leitura de livros infantis (individuais ou coletivas), musicalização, pinturas, desenhos livres, relaxamento, brincadeira com massa de modelar, montagem de quebra cabeça, cine clube e jogos infantis.

A equipe de educadores(as) foi composta por estudantes dos cursos de Pedagogia, Geografia e Música, com ou sem experiências no trabalho com crianças, sob a supervisão de professores(as) e profissionais da educação durante toda a programação. A proposta também visava promover um espaço de aprendizado entre crianças e educadores(as). Para tanto, realizamos reuniões de formação e planejamento da Ciranda, com os(as) colaboradores, com o intuito de apresentar os objetivos e importância da proposta, identificar as potencialidades e habilidades de cada educador(a), e receber sugestões. Fizemos o levantamento de quais ações e atividades cada colaborador(a) poderia desenvolver e a disponibilidade de horários.

A programação foi definida com atividades lúdicas que possibilitasse todas as crianças, dentro da faixa etária definida, participar e acompanhar, simultaneamente, com ou sem o auxílio direto de educadores(as). Para atender essa demanda, uma pedagoga, com Especialização em Arte e Educação, fez parte da equipe no planejamento e no desenvolvimento das atividades.

### **A Ciranda Infantil na encruzilhada de ações afirmativas**

A proposta da Ciranda esteve alinhada à temática étnico-racial, no sentido de contribuir para um projeto de educação

democrática e popular, como uma ação afirmativa também de encontros acadêmicos. Partiu-se de um entendimento de que só poderemos romper com as estruturas do racismo se também, desde a infância, as crianças (independente da descendência), participarem de atividades lúdicas sobre a história e cultura da população afro-brasileira, desenvolvidas por profissionais qualificados(as) que não só estudam e vivenciam esta história, mas também aplicam metodologias em seu cotidiano de trabalho. Na construção da Ciranda consideramos, portanto, o que defende Kabengele Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (Munanga, 2005, p. 16).

A Ciranda Infantil tratou-se, conseqüentemente, de uma ação alinhada às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, em que a primeira torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, e a segunda institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena. É necessário destacar que nem sempre estas leis são devidamente aplicadas nas escolas, o que promoveria um debate contínuo sobre essas temáticas, ao contrário são, muitas vezes, acionadas de maneira superficial e equivocada.

Em 2023, a implementação de ações afirmativas no Brasil completa 20 anos. Infelizmente, mesmo que haja a intenção em desenvolver a temática por parte das escolas, é muito frequente que o debate só aconteça em momentos pontuais no calendário escolar. Quando acontece, reiteradas vezes se restringe às comemorações de novembro, mês da Consciência Negra, e, no caso do Ceará, também no mês de março, quando se comemora no estado a “Libertação dos Escravos”.

Reconhecendo essa problemática, as oficinas educativas da Ciranda trabalharam temas associados ao debate étnico-racial, trazendo para este espaço educativo, a oportunidade de construir uma educação antirracista, não apenas junto às crianças, mas também no diálogo com os(as) educadores(as) da Ciranda, estudantes em formação acadêmica e docentes, com a possibilidade de desenvolver trabalhos de aprendizagem sobre história e cultura afro-brasileira, sem apresentar conteúdos estereotipados ou se reduzir a falar da, irreparável, história da escravidão negra.

(...) não se pode mais aceitar a difusão da escravidão como fato que se associa exclusivamente aos povos africanos, nem tampouco imagens do negro apenas como escravos ou no desempenho de atividades na sociedade sem prestígio; de não inserir devidamente o papel do negro brasileiro nos ciclos econômicos do país; de não revelar o contingente populacional de afro-descendentes atual no Brasil e sua importância; enfatizar que os africanos e seus descendentes são, também, responsáveis pela adequação aos trópicos da tecnologia pré-capitalista brasileira, como a mineração, a medicina, a nutrição e a agricultura; que a herança trazida da África constitui a matriz mais importante da cultura popular brasileira e que é frequentemente relegada pela ideologia dominante ao folclore (Anjos, 2005, p. 177).



**Figura 3 - Oficina de confecção de máscaras africanas. Ciranda Infantil - X Fala Professor (a)!**



**Fonte:** Autoras, julho/2023.

É importante sublinhar que houve avanços no campo da educação, na construção de uma sociedade antirracista, como a publicação de livros, inclusive de histórias infantis, projetos de extensão nas universidades, círculos de formação de professores, e tantos outros processos formativos, que estão acontecendo em todo o Brasil, voltados para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais. Porém, ainda há muito o que ser feito. A realidade que nos é apresentada, quando acompanhamos as notícias e resultados de pesquisas, é que a população negra ainda sofre os males provocados pelas sequelas do racismo que promove profundas desigualdades sociais. Para Bell Hooks:

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar

a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa refletir num processo pedagógico, nós, como professores - em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade - temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar. Vamos encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal. Isso vale para professores não brancos quanto para os brancos. A maioria de nós aprendemos a ensinar imitando esse modelo. Como consequência, muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos de referências múltiplas (Hoolks, 2017, p. 51).

É importante destacar que, na Universidade, o debate sobre a temática das relações étnico-raciais apresenta limitações, seja de conteúdo ou de espaços para o debate, incluindo, o da política de cotas na pós-graduação. Os desafios para a implementação de processos educativos comprometem a formação de educadores(as) nessa temática. Neste campo de estudo, é fundamental desenvolver a discussão teórica em conjunto com práticas metodológicas. Paulo Freire (2019, p. 24), em *Pedagogia da Autonomia*, traz que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo”.

**Figura 4 - Oficina de confecção de bonecas abayomis. Ciranda Infantil - X Fala Professor(a)**



**Fonte:** Autoras, julho/2023.

Segundo Samia Holanda<sup>3</sup>: “a atividade de produção de Máscaras Africanas, com caixas de papelão, proporciona às crianças experiências estéticas e artísticas na linguagem das artes visuais, criando um espaço aberto para exploração, manipulação e criação com diferentes materiais” (Informação verbal<sup>4</sup>). Sobre as bonecas Abayomis, a arte-educadora ainda destaca que “são abordadas as narrativas da cultura afro-brasileira, memórias, afetividades e ancestralidade” (Informação verbal<sup>5</sup>). Segundo a BNCC:

No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte (BNCC, 2013).

Consideramos que, a partir da experiência da Ciranda Infantil, cada educador(a) que participou deste projeto, dentro da sua realidade de vida, trabalho e temática de pesquisa, poderá, após essa vivência, fazer o exercício de desenvolver suas próprias metodologias e estratégias na luta contra o racismo dentro e fora da sala de aula.

Em suma, avaliamos que a participação das crianças foi bastante positiva durante as oficinas. Observamos que a maioria apresentou potencial criativo, o que associamos à confiança que o ambiente proporcionou. Algumas crianças já chegaram à Ciranda

---

<sup>3</sup> Pedagoga e Arte-Educadora convidada para facilitar as oficinas temáticas da Ciranda.

<sup>4</sup> Fala da Pedagoga e Arte-Educadora Samia Holanda durante reunião de planejamento da Ciranda Infantil, julho de 2023.

<sup>5</sup> Fala da Pedagoga e Arte-Educadora Samia Holanda durante reunião de planejamento da Ciranda Infantil, julho de 2023.

com autonomia para participar. Outras foram se desenvolvendo aos poucos, com ou sem a ajuda da equipe. Houve casos de crianças que permaneceram apenas acompanhadas pelas mães, em curtos períodos de tempo, mesmo que a idade permitisse que ficassem desacompanhadas. Atribuímos a isso, a partir dos diálogos que tivemos com as mães, aos vínculos afetivos entre a criança e a mãe e a ausência de experiência anterior em espaços como a Ciranda. Em média, oito crianças por dia utilizaram o espaço da Ciranda. Algumas crianças participaram em turnos e dias alternados.

Constatamos, assim, que A Ciranda Infantil, realizada durante a programação do “X Fala Professor (a)!” foi uma ação afirmativa que garantiu direitos às mães e às crianças de participar, de forma ativa e política, desse evento tão importante para a geografia brasileira.

### **Considerações finais**

No espaço da Ciranda, a proposta de promover a participação de todas as pessoas presentes (crianças e educadores(as) e trocar experiência de brincar e aprender, demandou uma preparação que incluiu os estudos pedagógicos, de geografia das infâncias e sobre relações étnico-raciais.

Ressaltamos ser a primeira vez que um espaço infantil fez parte da programação do Encontro Nacional de Ensino de Geografia – o “Fala Professor(a)”, realizado pela AGB. Durante todo o evento, a Ciranda recebeu a visita de muitos adultos, entusiasmados para conhecer o espaço: educadores(as), pesquisadores(as) e coordenadores(as) de cursos da UECE. A novidade na programação despertou interesse, junto com a curiosidade, de ver como um auditório de cadeiras pesadas, ambiente geralmente atrelado a

complexos e densos estudos e debates acadêmicos, se transformou em um espaço colorido e divertido ao som das crianças.

O cuidado de crianças é uma atividade de suporte, de atendimento às necessidades das mulheres, portanto, de fundamental importância na construção de uma sociedade mais justa, rumo à promoção da igualdade entre homens e mulheres. A Ciranda Infantil também se configurou em uma ação inclusiva, pois proporcionou a participação ativa de mulheres mães durante todo o evento.

Conforme a plenária final do evento, foi deliberado por aclamação que, a partir desta edição, a Ciranda Infantil constará como atividade regular na programação dos próximos encontros da AGB – Associação de Geógrafos(as) Brasileiros(as). Apreciamos que isto é um avanço importante para a AGB seguir com seu papel de fortalecimento de uma educação emancipatória e uma universidade libertadora.

### Referências

AGB – **Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Disponível em: <https://agb.org.br/> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. A Geografia e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2 ed. 2005.

BARCELLOS, Luís Henrique dos Santos. **A Ciranda Infantil e as crianças sem terrinha: educação e vida em movimento**. Marília/São Paulo, editora Cultura Acadêmica, 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 22 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em 22 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 24/09/2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 60ª edição - Rio de Janeiro/ São Paulo, Editora Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Taís Viudes de. O Cenário Atual da Divisão Sexual do Trabalho. Trabalho, corpo e Vida das Mulheres: Crítica à sociedade de mercado. In: SILVEIRA, Maria. Lúcia; FREITAS, Taís. Viudes. de (orgs). **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado**. Sempre viva organização feminista, São Paulo, 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como Prática da Liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, 2ª edição, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto e Educação**, Editora Unijuí, nº 79, Jan-Jun 2008, p. 65-82.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Educação Pública**, Cuiabá. v.22. nº 49/1, maio/ago, 2013, p.283-294.

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: MORENO, Renata (Org.) **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo, editora SOF, Coleção Cadernos Sempreviva, nº 4, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada, Brasília: Ministério da Educação, 2005.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIAS, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.) **Análises Feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo, editora SOF, Coleção Cadernos Sempreviva, nº 3, 2012.

REIS, Máira Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: Uma análise Feminista da Produção do Espaço. **Espaço e Cultura**. UERJ/RJ, nº38, 2015, p.11-34.

Submetido em: 26 de setembro de 2023

Devolvido para revisão em: 19 de novembro de 2023

Aprovado em: 29 de novembro de 2023

DOI:10.62516/terra\_livre.2023.3197

COMO CITAR:

HOLANDA, S. C.; DUTRA DOS SANTOS, C. A Ciranda infantil no X Fala Professor (a)! Ação afirmativa na construção de um espaço para a garantia de direitos. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.1, n. 60, jan-jun 2023, p. 634-657. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3197>. Acesso em: dia/mês/ano.